



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL GOIANO.  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

**OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO**

Aluno: Maria Elenêuda e Silva

Orientador(a): Arquimar Barbosa de Oliveira

TRINDADE  
2024



MARIA ELENÊUDA E SILVA

**OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO**

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade – Goiás, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente

Orientador(a): Arquimar Barbosa de Oliveira

TRINDADE  
2024

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

### IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- Tese (doutorado)  Artigo científico  
 Dissertação (mestrado)  Capítulo de livro  
 Monografia (especialização)  Livro  
 TCC (graduação)  Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

MÁRIA ELENEUDA E SILVA

Matrícula:

2023108301930093

Título do trabalho:

OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

### RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 12 / 12 / 2024

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

TRINDADE-GO

03 / 12 / 2024

Local

Data

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
MÁRIA ELENEUDA E SILVA  
Data: 04/12/2024 20:28:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ARQUIMAR BARBOSA DE OLIVEIRA  
Data: 04/12/2024 20:07:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO *SENSU***

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA**

EU, Maria Elenêuda e Silva, CPF: 11504860403, devidamente matriculado (a) no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade, declaro a quem possa interessar e para todos os fins de direito que:

1. Sou o legítimo autor do artigo cujo título é **OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO .**

2. Respeitei a legislação vigente de direitos autorais, em especial citando sempre as fontes que recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros.

Declaro-me ainda ciente que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo será considerado nulo e a homologação do diploma, porventura emitido, será cancelada, podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Trindade, 03 de Dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARIA ELENEUDA E SILVA  
Data: 03/12/2024 09:44:46-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura do Aluno(a)



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Goiano

---

Campus  
Trindade



**Ata nº 73/2024 - CE-TRI/GE-TRI/CMPTRI/IFGOIANO**

**ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESPECIALIZAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 19h 30min (dezenove horas e trinta minutos), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, via Google Meet, pelo *link*: <https://meet.google.com/xqp-zskx-nie>, para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Especialização, intitulado <OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO>, de

autoria de **MARIA ELENÉUDA E SILVA**, discente do **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade**. A sessão foi aberta pelo Orientador e presidente da Banca Examinadora, Prof. Arquimar Barbosa de Oliveira, que fez a apresentação formal dos demais membros da Banca: Prof. Dr. José Geraldo da Silva (IF Goiano - Trindade - avaliador interno), Profa. Dra. Sandra Zago Falone (IF Goiano - Trindade - avaliadora externo). A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 30 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu oralmente a autora. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Trabalho Docente, e indicadas as correções pertinentes sugeridas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi APROVADO com nota 8,5 pontos. A conclusão do curso, como requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente, dar-se-á quando da entrega ao professor orientador da versão definitiva do Trabalho, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até 30 (trinta) dias da sua ocorrência. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso às 20h30 (vinte horas e trinta minutos), e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelo autor e pelos membros da Banca Examinadora.

**Membros da Banca Examinadora**

Prof. Me. Arquimar Barbosa de Oliveira  
Orientador (IF Goiano – Campus Trindade)  
Prof. Dr. José Geraldo da Silva  
Titular Interno (IF Goiano - Campus Trindade)  
Profª. Dra. Sandra Zago Falone  
Titular Externo (IF Goiano - Campus Trindade)

Documento assinado eletronicamente por:

- Arquimar Barbosa de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/10/2024 20:56:42.
- Jose Geraldo da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/10/2024 20:59:01.
- Sandra Zago Falone, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 24/10/2024 21:15:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 645819  
Código de Autenticação: ddd4837da6



## OS DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO

Maria Elenêuda e Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade. Tornar a educação igualitária, de qualidade e acessível, atendendo a todos, inclusive aqueles que estão incluídos no Transtorno do Espectro Autista (TEA), vai muito além da simples presença do estudante na sala de aula. Deve-se almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. A educação é uma das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista, e o professor se destaca como mediador nesse processo inclusivo de ensino e aprendizagem. Contudo, ao tratar da inclusão, é importante destacar que, muitas vezes, o professor não está preparado para trabalhar com esses estudantes. Diante desse contexto, a pesquisa apresenta a seguinte problemática: Quais são os desafios enfrentados pelo professor em relação à inclusão de estudantes com TEA na escola regular? A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros, com uma abordagem qualitativa do tipo exploratório, a qual é empregada para interpretar, descrever e discutir informações, atribuindo-lhes significado. Observou-se que os professores da escola regular se sentem despreparados para lidar com estudantes autistas devido à falta de uma formação especializada para a educação especial. Outro problema identificado foi a ausência de participação ativa da família na vida escolar, além da carência de apoio de uma equipe multidisciplinar para a elaboração de um Plano Individualizado de Ensino (PIE) com estratégias que favoreçam a inclusão. Destaca-se, ainda, a necessidade de colaboração de toda a comunidade escolar, abrangendo desde a portaria até a direção da escola, para garantir uma inclusão eficaz e de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. TEA. Desafios do professor.

### ABSTRACT

Education is a right for all and a duty of the State and the family, in collaboration with society. Making education equitable, of quality and accessible, serving everyone, including those with Autism Spectrum Disorder (ASD), goes far beyond the simple presence of the student in the classroom. Above all, the goal should be learning and the development of skills and potential, overcoming difficulties. Education is one of the greatest tools for the development of an autistic child, and the teacher stands out as a mediator in this inclusive teaching and learning process. However, when dealing with inclusion, it is important to highlight that, many times, the teacher is not prepared to work with these students. Given this context, the research presents the following problem: What are the challenges faced by the teacher in relation to the inclusion of students with ASD in regular schools? The methodology used was a bibliographic review of scientific articles and books, with a qualitative exploratory approach, which is used to interpret, describe and discuss information, attributing meaning to them. It was observed that regular school teachers feel unprepared to deal with autistic students due to the lack of specialized training in special education. Another problem identified was the lack of active family participation in school life, in addition to the lack of support from a multidisciplinary team to develop an Individualized Teaching Plan (PIE) with strategies that favor inclusion. It is also worth highlighting the need for collaboration from the entire school community, from the front desk to the school administration, to ensure effective and quality inclusion.

**Keywords:** Inclusive Education. ASD. Teacher challenges.

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Educação e Trabalho Docente pelo IF Goiano Campus Trindade,

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema amplamente considerado na área educacional, especialmente devido aos desafios enfrentados pelos professores no processo de adaptação curricular e prática pedagógica. Este artigo tem como objetivo investigar as dificuldades e obstáculos enfrentados por professores na promoção de uma educação inclusiva eficaz para alunos com TEA. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica de artigos científicos e obras especializadas. Conforme Marconi e Lakatos (2003), uma pesquisa qualitativa permite interpretar, descrever e compreender significados às informações, enriquecendo a compreensão sobre o tema.

A análise inicial aborda a educação inclusiva, seus fundamentos legais e os desafios enfrentados pelos professores. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um marco na integração de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. A Portaria nº 555/2007 reforça a importância de práticas pedagógicas que assegurem o direito à educação para todos, sem discriminação, integrando as especificidades do TEA e de outras condições no planejamento escolar. Além disso, normativas como o art. 205 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram o direito de acesso e permanência na escola, enquanto documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), destacam a necessidade de um sistema educacional inclusivo que promova a aprendizagem conjuntamente de todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Ainda que as legislações ampliem as bases para a prática da inclusão, para torná-la efetiva requer mais do que a presença física do estudante com TEA na sala de aula. É necessário priorizar sua aprendizagem, desenvolvimento de habilidades e superação de dificuldades, garantindo uma educação de qualidade e igualitária. Contudo, a implementação de uma educação inclusiva enfrenta desafios práticos, como a formação contínua de professores, a adaptação curricular, a escassez de recursos especializados e o apoio insuficiente das famílias.

Outro ponto central é a relevância do apoio multidisciplinar e da parceria escola-família no processo inclusivo. A colaboração entre escola e família não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também potencializa o desenvolvimento dos estudantes com TEA. Esse trabalho conjunto, somado à atuação de equipes multidisciplinares, fortalece estratégias pedagógicas e adaptações necessárias para atender às necessidades individuais dos alunos.

Embora avanços tenham sido alcançados em políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda existem lacunas que comprometem a efetividade desse processo. Este estudo visa contribuir para a discussão sobre como superar esses desafios, destacando a importância da formação docente e da atuação coletiva entre escola, família e equipe multidisciplinar para garantir o direito à educação inclusiva.

## **2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS**

A educação inclusiva é um direito fundamental que visa garantir a equidade e o respeito às diferenças, promovendo o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos os estudantes no ambiente escolar. Iremos abordar a inclusão educacional de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando, primeiramente, os avanços legislativos que asseguram os direitos desse público e os desafios enfrentados na prática escolar. Em seguida, apresenta uma contextualização sobre o TEA, suas características e demandas específicas no contexto educacional, ressaltando a importância de um sistema educacional adaptado e de profissionais capacitados para atender às necessidades desse grupo, de modo a promover uma educação acessível, acolhedora e transformadora.

### **2.1 Avanços legislativos e desafios na Educação Inclusiva para pessoas com TEA**

A educação é um direito fundamental e indispensável à formação humana, além de ser um instrumento essencial de transformação na sociedade brasileira. A Constituição Federal de 1988 expressa, nos artigos 205 e 208, que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, destaca-se o atendimento educacional especializado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Capítulo IV, Artigo 53, reforça que “a criança e o adolescente têm direito à educação, promovendo ao pleno desenvolvimento de sua pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1990). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, estabelece que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Tornar a educação igualitária, de qualidade e acessível, de forma a atender a todos, inclusive aqueles que possuem necessidades especiais, como também os que estão incluídos no Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um grande desafio para as instituições de ensino.

Muitas vezes, estes não possuem estrutura adequada para atender a esse público, e os professores muitas vezes não estão preparados para trabalhar com esses alunos. A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, foi criada para garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. O Artigo 27 da referida lei afirma que:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando-se um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015).

Esse trecho reflete os valores presentes na Lei Brasileira de Inclusão, que busca garantir oportunidades educacionais igualitárias e adaptadas ao qual é destacado um princípio fundamental da educação inclusiva: o direito inalienável das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade que respeite sua individualidade e promova seu pleno desenvolvimento. Reconhecendo as características, interesses e necessidades de cada estudante. Esse direito vai além do simples acesso à escola. Ele exige que o sistema educacional seja efetivamente inclusivo em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida. Isso implica a oferta de adaptações curriculares, tecnologias assistivas, formação de professores e ambientes acessíveis que valorizem o potencial de cada aluno.

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representa um marco significativo para a garantia dos direitos das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Ao considerar os indivíduos com TEA como pessoas com deficiência, a legislação assegura direitos fundamentais que promovem a inclusão, a dignidade e a igualdade de oportunidades. Um dos pontos de destaque da lei é o acesso integral à saúde, com ênfase no diagnóstico precoce, que é essencial para intervenções terapêuticas adequadas e para o desenvolvimento pleno dessas pessoas. A inclusão de medicamentos e atendimento multiprofissional também reflete uma abordagem humanizada e interdisciplinar, essencial para atender às diferentes necessidades do público autista.

Além disso, a legislação vai além do campo da saúde, estendendo seus esforços à inclusão no mercado de trabalho e à capacitação de profissionais. Essa perspectiva amplia as possibilidades de autonomia e participação social dos indivíduos com TEA, ao mesmo tempo em que fomenta uma sociedade mais inclusiva e sensível à diversidade.

No contexto educacional, a Lei nº 12.764/2012 fortalece a luta por uma Educação Inclusiva, garantindo que crianças e jovens com TEA tenham acesso à escola regular com os

apoios necessários. Trata-se de um avanço que reafirma a importância do respeito às diferenças e o compromisso de construir um sistema que acolha todos, sem discriminação.

Em 2020, a Lei nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo Mion, trouxe avanços inovadores para a inclusão das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), com impacto direto em diversas áreas, incluindo a educação. Ao instituir uma CIPTEA (Carteira de Identificação da Pessoa com TEA) e o uso do símbolo do quebra-cabeça como marca de atendimento preferencial, a lei reforçará a visibilidade e a garantia de direitos para essa população.

Na educação, essa visibilidade é crucial para garantir que os estudantes do TEA tenham seus direitos respeitados. A prioridade no atendimento em serviços públicos e privados pode facilitar o acesso a processos educacionais, como matrícula em escolas inclusivas, atendimento especializado e acompanhamento psicológico e pedagógico. Além disso, ao evidenciar a necessidade de atendimento preferencial, a lei incentiva escolas e instituições de ensino a adotarem práticas mais inclusivas e adaptadas às especificidades dos alunos com TEA. Isso inclui a capacitação de professores, o desenvolvimento de materiais pedagógicos acessíveis e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, colaborando para o sucesso acadêmico e a permanência desses alunos no ambiente escolar.

A Lei Romeo Mion não apenas confirma a importância da acessibilidade, mas também promove uma mudança cultural, ao chamar a atenção para a necessidade de construir uma sociedade mais inclusiva, onde a educação seja um espaço de acolhimento e respeito às diferenças.

Segundo Neto *et al.* (2018), a educação inclusiva é o primeiro passo para a construção de uma sociedade inclusiva. Trata-se de uma restrição cultural que faz parte das práticas e vivências de todos os membros da comunidade escolar. Diante dessa problemática, evidencia-se a necessidade de enfrentar os desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

## **2.2 Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

O autismo ou TEA é um transtorno global do desenvolvimento que se manifesta durante a infância e ainda não possui uma causa definida. É sabido que sua ocorrência está ligada a fatores genéticos associados a condições ambientais que aumentam as chances de uma criança nascer dentro do espectro. É na primeira infância, durante atrasos nos marcos do desenvolvimento da criança que as características atípicas surgem facilitando o diagnóstico,

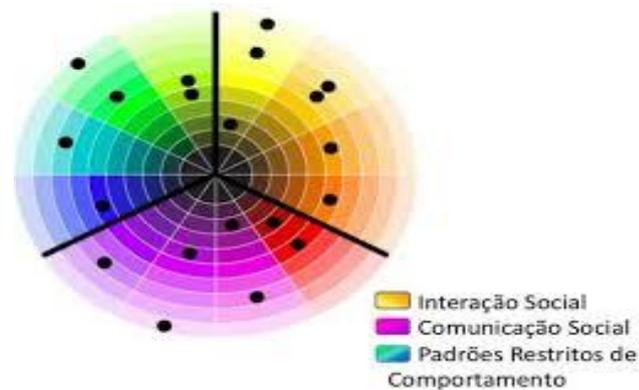
embora muita das vezes seja mais facilmente diagnosticados em meninos. Para uma pessoa ser considerada autista, ela precisa ter prejuízos em três grandes áreas:

1. *Comunicação* (atrasos na linguagem).
2. *Interação social*: dificuldade de se relacionar com os seus pares.
3. *Comportamento*: presença de estereotípias (agitar ou esfregar as mãos; balançar o tronco para frente e para trás; Andar na ponta dos pés; Pular; Girar; Fazer movimentos repetitivos com as pernas...), (resistência á mudanças).

De acordo com Oliveira *et al.* (2017), além das dificuldades na interação social, uma característica frequentemente observada em indivíduos com TEA é o desconforto ou a ausência de contato visual, bem como a dificuldade em compreender gestos faciais e outros elementos de comunicação não verbal. Essas dificuldades se refletem em desafios para iniciar ou manter diálogos, frequentemente acompanhados por problemas na integração sensorial, conforme destaca Yano (2020). Além disso, podem apresentar resistência a mudanças e padrões comportamentais repetitivos. No entanto, muitos possuem um bom potencial cognitivo, com destacada capacidade de memorizar grandes volumes de informações. Segundo Menezes (2012), também são comuns dificuldades motoras globais e questões relacionadas à alimentação, o que evidencia a complexidade das características associadas ao TEA.

Os atrasos na linguagem ocorrem por causa de uma limitação dos neurônios-espelho. Estes são células específicas localizadas na região do lobo frontal e desempenham um papel fundamental em várias facetas do comportamento humano. Eles se envolveram na imitação, na teoria da mente, no aprendizado de novas habilidades e na leitura das intenções de outras pessoas. A disfunção desses neurônios tem sido associada ao autismo, indicando que eles desempenham um papel crucial na interação social e no desenvolvimento de habilidades sociais.

Agora, por que se chama “espectro”? O autismo pode ser associado a um transtorno que manifesta nos indivíduos de diversas formas, algumas características são comuns a todas as pessoas autistas, como bem, o *déficit* nas interações sociais, já outras podem ser diferentes e únicas de cada pessoa com TEA. Este fator é o que coloca o Transtorno do Autismo dentro de um Espectro, assim podem ser formadas infinitas combinações, ou seja, um leque de possibilidades que caracterizam uma pessoa dentro do espectro tornando-a única. Para maior compreensão observe a figura abaixo:

**Figura 1:** Espectro do Autismo

**Fonte:** <https://www.researchgate.net/figure>

Observe que, de acordo com a imagem, duas ou mais pessoas que possuem prejuízos nas interações sociais podem estar em pontos diferentes do espectro, gerando assim, danos de intensidades diferentes. O mesmo ocorre, por exemplo, com a comunicação social e os padrões restritivos de comportamentos em que podem ser formadas infinitas possibilidades e intensidades diferentes.

De acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o autismo pode ser caracterizado de acordo com o nível de suporte necessário que a criança precisa para se desenvolver. Esses níveis de suporte de autismo variam de acordo com a necessidade de suporte do indivíduo. São eles: Nível 1 (Requer Apoio), Nível 2 (Requer Apoio Substancial) e Nível 3 (Requer Apoio Muito Substancial). Cada um desses níveis ou graus de autismo tem suas próprias características, que influenciam diretamente a forma como o indivíduo se comunica e interage socialmente como podemos observar na figura 2.

**Figura 2:** Níveis de suporte do TEA

**Fonte:** <https://www.researchgate.net/figure>

Dentre os níveis de suporte de autismo, o nível 1 de suporte está quem geralmente tem dificuldades com a comunicação social, principalmente em manter conversas, apresentam dificuldade em interpretar expressões faciais e compreender as nuances de linguagem, como ironia, por exemplo. Além disso, pode apresentar comportamentos repetitivos como balançar as mãos ou o corpo, também estão entre as principais características, interesses intensos e restritos, como colecionar objetos específicos ou se concentrar em um tópico específico. Também conhecido como “autismo leve”.

O nível 2 de suporte é considerado o grau de autismo moderado. As principais características deste nível são as dificuldades significativas na interação social e na comunicação. Os autistas deste nível têm as mesmas características do autismo leve em relação aos desafios para iniciar ou manter conversas, interpretar expressões faciais e compreender nuancem da linguagem e comportamentos repetitivos e interesses específicos.

Entre os níveis de suporte de autismo, o nível 3 de suporte é o grau de autismo mais grave, por isso é também conhecido como severo. Além de apresentarem as características já descritas nos níveis 1 e 2. Normalmente possuem uma deficiência mais severa nas habilidades de comunicação, tanto verbal quanto não verbal, e, conseqüentemente dependem de maior apoio para se comunicar. Isso pode resultar em dificuldades nas interações sociais e uma redução na cognição.

Somados a estes fatores, não todos, mas alguns casos podem vir associados á algumas comorbidades. As morbidades são outras condições físicas, psiquiátricas e/ou cognitivas coexistentes, visto que 70% das pessoas do espectro possuem alguma comorbidade e 50% têm mais de uma, como por exemplo, transtorno de ansiedade; transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); deficiência intelectual (DI); déficit de linguagem; alterações sensoriais; transtornos gastrointestinais e alterações alimentares; e distúrbios neurológicos como epilepsia e distúrbios do sono. O hiperfoco que é uma característica comum, “é um fenômeno que reflete a completa absorção de uma pessoa em uma tarefa, a um ponto em que a pessoa parece ignorar completamente ou ‘desligar-se’ de todo o resto”, este pode ser um fator que poder ser utilizado para potencializar a aprendizagem do estudante, mas também pode ser algo que dificulte a aprendizagem em outras disciplinas.

O que temos que entender é que o aluno com o TEA aprende, pois a aprendizagem é uma característica inerente do ser humano. O ensino e aprendizagem são uma via de mão dupla que se ligam na construção do conhecimento. Como dizia (FILHO Belisario, *et al.*,

2010), esse processo é uma construção dialógica e não interpretativa, uma expressão imanente da nossa humanidade que abarca também o educando com autismo.

### **3. DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA**

Ao longo do processo histórico educacional, as escolas ou ambientes escolares foram criados e planejados para contemplar um determinado perfil de educar, especificamente o estudante "típico". Entretanto, hoje, diferentemente do que ocorreu no século XIX, é crescente o número de estudantes atípicos, e temos salas de aula bastante diversificadas. Essa demanda exige que a composição escolar passe por uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias e metodologias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos.

De acordo com Neto et al. (2018), a educação inclusiva traz consigo uma mudança nos valores da educação tradicional, o que implica o desenvolvimento de novas políticas e a restrição do sistema educacional. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda excludente e direcionado a um público específico, para que se expanda e abranja toda a diversidade de forma igualitária.

Uma das formas de se construir uma educação inclusiva, segundo Nascimento (2014), é tratar o ato de inclusão não como algo distante e difícil, mas como parte do nosso cotidiano. Percebemos, com essa abordagem, que aplicar uma educação inclusiva deve ser cultivada como algo natural no ambiente em que se convive. Assim, a inclusão não deve ser vista apenas como um termo jurídico ou uma obrigação legal, mas como uma prática inerente ao ser humano.

A Educação é um importante meio de transformação, pois oferece ao educando a oportunidade de ser inserido na sociedade e de desenvolver seu senso crítico. Sendo assim, o docente desempenha um papel essencial no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais e deve estar ciente disso. Ele pode proporcionar à criança ou ao adolescente oportunidade de desenvolvimento cognitivo e social. Para Oliveira (2020), o professor pode identificar as melhores estratégias de ensino considerando a singularidade, os pontos fortes, os interesses e as habilidades em potencial dos estudantes.

O educador, de acordo com Menezes (2012), precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes, tornando-os protagonistas do seu próprio processo de aprendizagem. Contudo, não é uma tarefa fácil planejar e desenvolver atividades adequadas às necessidades peculiares de cada estudante. O aluno com autismo, por

exemplo, apresenta características que podem comprometer seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, ele pode precisar de um profissional de apoio para facilitar sua comunicação, mediação social, e desenvolvimento de habilidades acadêmicas, colaborando com o professor regente, a escola e a família.

O direito a um profissional de apoio especializado está descrito na Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012). Esse profissional tem o papel de auxiliar uma criança com deficiência, orientando-a em atividades como alimentação, locomoção, higienização e nas tarefas em que encontrar dificuldades. Contudo, a contratação desses profissionais enfrenta entraves burocráticos. Além disso, um problema recorrente é que essa função não exige formação especializada. Pessoas voluntárias, universitárias, estagiárias e até mesmo indivíduos do ensino médio são admitidas, o que pode comprometer a qualidade do atendimento que a educação especial exige.

A garantia de acesso e permanência do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular está fundamentada na Lei 12.764/2012, que caracteriza formalmente o autismo como deficiência e proíbe a recusa de matrículas para crianças com esse transtorno. Entretanto, o processo de inclusão é bem mais complexo do que sua garantia por lei. É necessário que as escolas estejam equipadas e os professores capacitados para atender a esse público.

Nesse sentido, o professor deve atuar como mediador no processo inclusivo de ensino-aprendizagem. Contudo, ao tratar da inclusão de alunos autistas na escola regular, é importante lembrar que, muitas vezes, os professores não estão preparados para atender e lidar com esses estudantes. Por isso, é necessário investir na formação de professores especializados na área, capacitando esses profissionais para trabalhar de forma individualizada e atender às necessidades específicas dos estudantes, conforme preconiza a Declaração de Salamanca (1994). Essa formação deve ser ampla, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se especializar em áreas específicas.

Neto (2018) reforça que a inclusão de alunos com deficiência depende da qualificação da equipe escolar e da disponibilização de recursos pedagógicos adequados. Assim, a formação não deve se restringir aos professores, mas abrange todos os profissionais que compõem o ambiente escolar, como diretores, coordenadores, orientadores, merendeiras e porteiros. Dessa forma, a inclusão não pode ser teórica; ela precisa ser postada em prática de forma ativa e eficaz.

Portanto, não é suficiente que o aluno esteja apenas matriculado na escola regular para cumprir a lei. É fundamental que uma equipe escolar esteja preparada para trabalhar com as

especificidades desses educandos, garantindo que uma inclusão seja eficaz. Segundo Cunha (2015), “incluir” é muito mais do que inserir. É essencial investir em cursos e recursos para a formação de educadores, pois isso permitirá subsidiar futuros programas de capacitação e estratégias que favoreçam as potencialidades das crianças com autismo durante o processo de inclusão (Camargo, 2020). Além disso, essa formação atenderá às necessidades coletivas da escola, promovendo um processo de mobilização que impactará positivamente o cotidiano escolar (Ferreira et al., 2020). Assim, uma equipe escolar terá melhores condições para garantir que esses estudantes permaneçam na escola regular, proporcionando uma aprendizagem mais significativa e aliviando a angústia e a sensação de incapacidade dos professores no planejamento de aulas que atendam às reais necessidades dos estudantes, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva.

#### **4. A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA E DO APOIO MULTIDISCIPLINAR**

Tendo em vista a escola como um ambiente multicultural e diversificado, que atende a um público com necessidades diferenciadas, esta unidade é responsável pela transformação do indivíduo, seja por meio de alterações comportamentais durante o processo de aprendizagem, seja pela sua inserção no meio social e no mundo do trabalho. Durante o processo de aprendizagem de alunos com deficiência, com destaque para o público TEA, é importante ressaltar que esse processo ocorre dentro da sala de aula regular. A convivência e as experiências compartilhadas com os demais alunos fazem parte do processo de construção do conhecimento.

Nesse contexto, a Educação Inclusiva não pode se restringir apenas à inserção, integração e socialização desses estudantes em sala de aula. Nunes (2018) aponta para a falta de estrutura física da escola e a grande quantidade de aulas sem diagnóstico fechado, além do próprio significado de inclusão, como alguns dos principais obstáculos para as práticas inclusivas. Conseguir um diagnóstico precoce não é uma tarefa fácil, devido a dois fatores principais:

O primeiro é o estigma em torno do autismo e a falta de conhecimento sobre o espectro autista, que podem contribuir para um diagnóstico tardio. Muitas vezes, os comportamentos associados ao autismo são mal compreendidos ou atribuídos a outras causas, como timidez, desatenção ou simplesmente "diferenças de personalidade". Isso pode levar à

subestimação dos desafios enfrentados pelas crianças com autismo e à falta de apoio adequado.

O segundo fator é que, apesar do direito ao diagnóstico precoce ser garantido por lei, conforme descrito na Lei 12.764/2012, nem todas as pessoas recebem tratamento pelo SUS, já que muitos profissionais da área da saúde gostam de atuar no setor privado. Obter um laudo médico envolvido em um ciclo de terapias caro na rede particular, e são poucas as clínicas que atendem pelo SUS. Como resultado, há uma grande demanda por tratamento, ocasionando longas filas de espera, que podem durar anos.

A escola possui uma função primordial no desenvolvimento dos estudantes. Ela desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cultural, social e intelectual, promovendo a formação de sujeitos críticos e independentes. À escola são atribuídas inúmeras funções na vida do indivíduo, como a educação formal e a promoção de valores sociais e culturais indispensáveis à formação do cidadão (Neto, 2018).

A aprendizagem é um processo que ocorre não apenas na escola, mas também no ambiente familiar. É essencial que a escola trabalhe em conformidade com a família, numa proposta de educação compartilhada, especialmente no caso de alunos com deficiência, para que os resultados de aprendizagem sejam superiores.

O seu familiar é, sem dúvida, o local onde o indivíduo tem o primeiro contato com a aprendizagem. É nele que se apresentam as formas de relacionamento entre o sujeito e o mundo, considerando a realidade e a estrutura social com quem pertence. O processo de aprendizagem é uma via de mão dupla, construída na relação estreita entre a família e a escola, já que essas duas instituições são pontos cruciais que impulsionam o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

Dessa forma, a participação da família na escola deve ser concomitante e dialogada, de modo que ambas se complementem e formem parcerias para a formação dos sujeitos. Nesse contexto, é importante destacar a capacitação dos pais de crianças autistas, permitindo que eles aprendam sobre o que realmente é o autismo e como lidar com as características peculiares de seus filhos em casa. Por exemplo, aprender a manter uma criança hiperativa focada em uma tarefa pode facilitar o desempenho escolar. Esse tipo de acompanhamento pelos próprios pais em casa pode transformar a desenvoltura daquelas crianças na sala de aula. Segundo Santos, Dias e Novo (2017), treinar os pais tem um efeito transformador, pois eles deixam de se sentirem incapazes ou impotentes e passam a ser fatores decisivos na vida dos filhos, presentes como co-terapeutas no desenvolvimento de suas crianças.

Assim, percebe-se que a participação da família no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência é essencial, já que a família conhece com propriedade todas as dificuldades e capacidades dele. A gestão e a equipe pedagógica devem ter estratégias que incluam a família no processo educacional do estudante, de forma estreita os laços entre escola e sociedade. De acordo com Guimarães (2023), quanto maior o número de pessoas envolvidas e comprometidas com uma educação de qualidade, melhores serão os resultados.

Outro ponto a ser discutido, além da participação da família no processo educacional de estudantes com TEA, é o acompanhamento por uma equipe multidisciplinar. De acordo com Moraes, Regô e Lima (2016), o professor não consegue dar o suporte necessário ao estudante sozinho. É fundamental contar com uma equipe multidisciplinar composta por terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, pediatras, neuropediatras e outros profissionais especializados, que possam orientar as práticas pedagógicas de acordo com as especificidades do aluno.

Nesse sentido, uma equipe multidisciplinar terá os recursos necessários para compreender as dificuldades e facilidades do estudante, orientando o docente e facilitando a interação entre professor, aluno e colegas. Além disso, garantirá uma comunicação funcional e a compreensão dos conteúdos. A equipe multidisciplinar também é responsável por realizar as adaptações permitidas no ambiente escolar para atender às demandas específicas dos estudantes autistas.

Cada profissional contribui de forma única para o desenvolvimento de um ambiente inclusivo e acolhedor, promovendo uma educação que respeite as necessidades e especializações de cada aluno, como ressaltado por Negreiros (2023). Assim, assegura-se uma educação inclusiva, eficiente e transformadora para estudantes com TEA.

- **Avaliação e diagnóstico:** A equipe multidisciplinar na escola pode realizar avaliações abrangentes para identificar as necessidades específicas de cada aluno no espectro autista para que seja feita as adaptações personalizadas do estudante.
- **Desenvolvimento de planos individualizados:** Com base nas avaliações e diagnósticos realizados, a equipe multidisciplinar pode contribuir para o desenvolvimento de planos individualizados de educação e suporte, considerando as habilidades, dificuldades e metas do aluno. De acordo com Negreiros (2023), Para melhorar a eficácia do aprendizado das crianças, os professores da Educação Especial podem elaborar um Plano Educacional Individualizado juntamente com os professores da turma regular com o intuito de favorecer o ensino aprendizagem.

- **Colaboração com a equipe escolar:** Fornecer orientações e treinamentos aos educadores, capacitando-os para programar as adaptações necessárias e criar um ambiente inclusivo.
- **Suporte e intervenção direta:** Além de orientar os educadores, a equipe multidisciplinar na escola pode fornecer suporte e intervenção direta aos alunos no espectro autista. Isso pode incluir sessões individuais ou em grupo com os profissionais da equipe multidisciplinar, visando desenvolver habilidades sociais, de comunicação, de autocuidado e de regulação emocional.
- **Elaboração do relatório descritivo:** através de um relatório, descrever como o estudante é, qual seu nível de necessidade de suporte, o que ele gosta, o que não gosta e alguns comportamentos desafiadores que costuma ter e qual a melhor forma de abordar a situação.

Segundo as reflexões apresentadas nas linhas anteriores a família desempenha um papel importante na promoção da educação inclusiva, sendo fundamental para o desenvolvimento de estudantes com necessidades especiais. Além disso, uma parceria entre família, escola e equipe multidisciplinar enriquece o processo de inclusão, favorecendo diferentes concepções e recursos sobre as necessidades do educar, bem como o compartilhamento de estratégias eficazes que impulsionam o desenvolvimento do estudante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi visto, a educação é um direito fundamental e implica na formação do indivíduo, incluindo todos aqueles que possuem deficiência ou necessidades especiais, conforme está expresso em leis. Tornar a educação igualitária, de qualidade e acessível, de forma que atenda a todos, inclusive aquelas com necessidades especiais, como os incluídos no Espectro Autista (TEA), não é uma tarefa fácil. Muitas vezes, essa responsabilidade é atribuída exclusivamente ao professor, que, ao longo de sua trajetória, enfrentou diversos desafios, como a falta de estrutura nas escolas, a carência de recursos pedagógicos competentes e, principalmente, a ausência de formação especializada na área da Educação Especial. Essa formação é essencial para que o professor possa estudar e compreender os diferentes tipos de deficiências e transtornos, como o autismo, e, a partir disso, estar preparado para desenvolver estratégias que lhe permitam acessar o educar e dialogar de forma eficiente durante a transmissão dos conteúdos.

Outro ponto a ser destacado é que, muitas vezes, o professor se sente isolado no papel de desenvolver estratégias que acolham esse grupo de estudantes. Para superar essa

dificuldade, é necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo diretores, coordenadores, merendeiras, porteiros, entre outros. A equipe da escola precisa estar capacitada e preparada para trabalhar com as especificidades desses educandos, a fim de que a inclusão se torne efetiva. Em uma educação verdadeiramente inclusiva, o professor não trabalha sozinho; é imprescindível a formação da tríade escolar: Escola, Família e Equipe Multidisciplinar.

A família desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento do estudante, sendo a base e o primeiro contato do indivíduo com a educação. Conhecer de forma minuciosa todas as características do educar seja elas dificuldades ou potencialidades. A família, ao colaborar com uma equipe multidisciplinar e o professor, possibilita o desenvolvimento de estratégias que favorecem a inclusão. Isso contribui para aliviar a angústia e a sensação de incapacidade dos professores ao planejar aulas que atendem às reais necessidades dos estudantes autistas, em consonância com os princípios da educação inclusiva.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF. 1998.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**.

BRASIL. **Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007**. Rio de Janeiro 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

Brasil. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei federal nº 13146, de 06 de Julho de 2015**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96)**. Brasília: 1996.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 de Setembro. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do**

**Espectro Autista: (Lei nº 12.764/2012)**. Brasília. Disponível em: <

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)>. Acesso em 20/11/24.

BRASIL. **Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996.** Brasília. Disponível em: <

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113977.htm)>. Acesso em 20/11/2024.

BELISÁRIO FILHO, J. F; CUNHA, P. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CAMARGO, S.P.H. et al. **Desafios no processo de Escolarização de Crianças com Autismo no contexto inclusivo: Diretrizes para Formação Continuada na Perspectiva dos Professores.** Educação em Revista, Belo Horizonte.v.36.e214220|2020.

CAMPOS. E.C.A. **Formação continuada e permanente de professores do Atendimento Educacional Especializado para Práticas Pedagógicas Inclusivas .** 128. F. Dissertação (Mestrado Educacional) – Universidade do Planalto Catarinense. Lages. 2016.

FERREIRA, G. C; TOMAM, A. **Educação Especial e Inclusão: O que demonstram as Iniciativas de Educação Continuada?.** Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro. v. 4, n.3, p.367. set/Dez 2020.

GUIMARÃES, U.A. et al. **Escolas, Família, Gestão e Sociedade: Uma parceria para o Desenvolvimento pleno de todos os Estudantes.** Revista Científica Multidisciplinar. n.4, n.7, e 473550. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?.** 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012

MORAIS, N.M.M; REGÔ, T.B; LIMA, M.J.A. **PROJETO AMA: Apoio Multidisciplinar de Aprendizagem uma Prática Inclusiva na Educação Infantil.** III CONEDU: Congresso Nacional de Educação. 2016

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil.** 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 20

NEGREIROS, L. M. S. **Ações Educacionais Inclusivas no Ensino de Ciências na concepção da equipe multidisciplinar escolar sobre o Transtorno do Espectro Autista, em Manaus/AM.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, do Instituto de Ciências Exatas). Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2023.

NETO, A.O.S. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista Educação Especial, v. 31. n. 60. p. 81-92 . jan./mar. 2018

NUNES, F.S.F. **Formação continuada na perspectiva inclusiva: o projeto portas abertas para inclusão no município de Fortaleza.** 113 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Ceará. Fortaleza 2018.

OLIVEIRA, A.G. et al. **Autismo e Neurônio-Espelho.** Revista Saúde em Foco, ed.9, 2017.

OLIVEIRA, F. L. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>

SANTOS, Laerson; DIAS Cassia Maria Lopes; NOVO, Benigno Núñez. O Uso do Treinamento Parental como Técnica Interventiva em Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, Brasil. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000110. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo>. Acesso em 05 de Novembro de 2024.

UNESCO & MEC-Espanha (1994). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação: sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: CORDE. 1.

YANO, L.P; LIMA,M.C. **Os Neurônios-Espelhos a Relação Terapêutica com Gestalt-Terapia.** Revista Nufen. V.12, n.2, 2020.

